

**As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva**

*Teacher training policies under the effects of the managerial model:
consequences and prospective view*

Renato José Dias Pereira
José Rubens Lima Jardimino
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Mariana/MG - Brasil

Resumo

O artigo analisa as políticas educacionais de formação inicial de professores no Brasil no marco histórico de 2000/2022, no âmbito das Reformas no contexto de reorganização administrativa do Estado brasileiro. O arcabouço jurídico-legal instituído pelas políticas neoliberais da década de 1990 certamente continua sendo o eixo articulador das políticas públicas educacionais e, neste artigo, constituindo-se como objeto de estudo e análise. O objetivo deste estudo será analisar historicamente as reformas bem como compreender o disciplinamento das políticas de formação de professores e discuti-las no âmbito das orientações neoliberais para a educação e a formação de professores, que impactam as distintas esferas da formação humana e o seu acesso ao conhecimento sistematizado. A partir da revisão bibliográfica e documental, este trabalho busca colaborar com a investigação sobre os efeitos das reformas, bem como, indicar possíveis formas de superação da lógica estabelecida.

Palavras-chave: Reformas; Política Educacional; Formação de Professores.

Abstract

This article analyzes the educational policies for initial teacher training in Brazil in the historical framework of 2000/2022, within the scope of the Reforms in the context of the administrative reorganization of the Brazilian State. The legal framework established by the neoliberal policies of the 1990s continues to be the articulating axis of public educational policies, and, in this article, it constitutes itself as an object of study and analysis. The objective of this study will be to historically analyze the reforms, understand the disciplining of teacher training policies, and discuss them within the scope of the neoliberal guidelines for education and teacher training, which impact the different spheres of human formation and their access to systematized knowledge. Based on the bibliographic and documentary review, this work seeks to collaborate with the investigation of the effects of the reforms and indicate possible ways of overcoming the established logic.

Keywords: Reforms; Educational politics; Teacher training.

Introdução

A redemocratização do Brasil na década de 1980, consagrada na Constituição de 1988, reflete os esforços de amplos movimentos sociais e políticos. Além de superar o poder autoritário empresarial-militar, essa transição aspira à construção de experiências organizativas de socialização mais abrangentes das relações de poder e ao desafio da edificação de uma sociedade democrática.

A ampliação das relações de poder implica a reconfiguração abrangente do Estado, possibilitando não apenas a participação dos órgãos de governança jurídico-política, mas também uma inserção efetiva da sociedade civil. Essa participação pode ocorrer tanto por meio de mecanismos diretos quanto através de suas estruturas representativas. Nesse contexto, é essencial reconhecer o Estado, incluindo suas ações por meio de políticas públicas, como um espaço dinâmico sujeito a contínuos processos de disputa e negociação.

Neste contexto, parece consenso entre as forças emergentes que esta socialização das relações de poder não se restringe à participação delegada, mas precisa se constituir como prática social e cultural. O exercício da democracia precisa de espaços qualificados para sua experiência concreta. Emerge, assim, como *locus* privilegiado para o exercício e experiência da sociabilidade democrática, até mesmo pelo princípio constitucional da universalização imediata ou progressiva do acesso, as estruturas educacionais e, portanto, a escola, especialmente a escola pública.

Contudo, ao mesmo tempo que é consensual a necessidade da escola, firma-se uma forte disputa pela sua filiação, papel e natureza político-pedagógica, que, na prática, se refere a capacidade desta em produzir ou reproduzir as relações de sociabilidade em disputa, comumente expressas por um conjunto constante de reformismo educacional afeto a sua estrutura didática, metodológica, de gestão, financiamento, currículo e políticas de formação dos professores.

Nesse sentido, argumenta-se que os esforços de redemocratização não alteraram o modelo de sociabilidade urbano-industrial que surgiu no século XX. Em outras palavras, a redemocratização, incluindo o Estado moderno e suas políticas, mantém-se vinculada ao disciplinamento ético-ideológico das relações de produção material e social capitalistas, desde muito alinhadas aos consensos da agenda neoliberal. Isso implica reconhecer que as

políticas e os processos de reforma educacional representam um esforço contínuo para reproduzir essa sociabilidade, ainda que sujeito a contradições.

A afirmação da agenda neoliberal está no campo da disputa, ou seja, ela se dá num contexto histórico específico, portanto, contraditório e de resistência. Resistência e disputa que o sistema busca identificar na educação escolarizada, especialmente nos sujeitos da mediação docente, conferindo centralidade às reformas curriculares com potencial de disciplinamento político-pedagógico e técnico-ideológico dos professores, que, por sua vez, se apresentam à disputa com uma pauta formativa para além da alienação intelectual e de controle formal da práxis social.

Este texto, metodologicamente estruturado como um exercício analítico argumentativo, filiado à abordagem crítica, objetiva analisar historicamente as reformas bem como compreender o disciplinamento das políticas de formação de professores e discuti-las no âmbito das orientações neoliberais para a educação e a formação de professores que impactam as distintas esferas da formação humana e o seu acesso ao conhecimento sistematizado. Além disso, o texto apresenta uma visão prospectiva sobre a temática.

O texto está estruturado a partir de dois movimentos de análise: inicialmente, procura-se demonstrar como a Reforma do Estado brasileiro nos anos 1990 impactou as políticas educacionais e a formação de professores. Posteriormente, busca-se compreender os movimentos de reforma curricular no Brasil no contexto da agenda neoliberal e a centralidade da disputa em torno das políticas de Formação de professores. Ademais, oferta uma reflexão sobre alguns efeitos das reformas na formação de professores e possíveis formas de superação da lógica estabelecida por meio da luta organizada por organizações como a ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e a Pesquisa em Educação, ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, além dos sindicatos e pesquisadores.

O reformismo nas políticas educacionais de formação inicial de professores no Brasil no marco histórico de 2000/2022, no contexto de reorganização administrativa do estado brasileiro

No período entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, a reorganização administrativa do Estado brasileiro trouxe à tona uma agenda de flexibilização, que passou a ser conhecida como ordenamento político-legal neoliberal.

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

Essa agenda demanda uma flexibilidade do próprio Estado, que deve tanto induzir essa reorganização produtiva quanto possibilitar o reordenamento técnico e ético do trabalhador, que agora deve responder por competências e habilidades produtivas. Portanto, um Estado aberto aos anunciados necessários movimentos de reforma de seus instrumentos de reprodução social e cultural.

Na esfera educacional, a consolidação do disciplinamento político-legal, caracterizado pela flexibilização, ocorre via reformismo curricular. Esse fenômeno, delineado pelo esforço de controle gerencial, tecnológico e avaliativo, encontra suas bases a partir da promulgação da Constituição de 1988, viabilizando a discussão e elaboração de políticas assentadas sobre o ideário de currículo mínimo, currículo comum, parâmetros curriculares, diretrizes curriculares (Ciavatta; Ramos, 2012) e, atualmente, a denominada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com forte impacto sobre a política de formação de professores.

Assim, as reformas do Estado brasileiro alinhadas às matrizes neoliberais, assumidas no denominado Consenso de Washington, enquanto ideário político-econômico de reprodução das condições sociais capitalistas, respondem pela sociabilidade que despontou no Brasil nos anos 1990 “demandando uma educação capaz de conformar o ‘novo homem’ de acordo com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da ‘flexibilização’ do trabalho” (Falleiros, 2005, p. 211). Ordenamento que encontra aderência, inicialmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), enquanto política de parametrização e controle curricular induzida por políticas de avaliação centralizadas e externas à escola e pela tutela das práticas docentes pela via do chamado material (livro) didático.

Esta proposta, no contexto de forte disputa e resistência, passa a assumir um caráter de complementaridade à política de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que, tanto desloca as disputas em torno da implementação dos PCNs, quanto responde satisfatoriamente ao reposicionamento demandado ao sistema de ensino face às exigências político-econômicas, que encerram a política curricular ao ordenamento restritivo da expressão capitalista da relação entre trabalho e educação (Ciavatta; Ramos, 2012, p. 29).

As referidas autoras passam a denominar este esforço político de regulação do sistema educacional brasileiro pela gestão curricular de “era das diretrizes”, indicando o

esforço do sistema em regular a oferta e a atuação docente, por um aparato detalhado de elaboração de normas curriculares. Tal aparato, representado por etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), por modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional), até a oferta de cursos de formação de professores (Curso de Pedagogia, Letras, História e demais cursos de licenciatura) somadas pela regulação da formação de professores na educação superior, a partir de orientação específicas.

É representativo deste disciplinamento a Resolução CNE/CP nº 01 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena, apresentando como características principais a flexibilidade curricular, na qual as instituições formadoras podem desenvolver projetos inovadores e integrados, abrangendo diversas dimensões teóricas, práticas, interdisciplinares e de formação comum e específica, além do foco na avaliação externa conduzida por especialistas.

Em contraposição ao modelo estabelecido pelos reformistas, em 2015 foi elaborada a Resolução CNE nº 2/2015. Trata-se de um documento construído com a participação das entidades, sindicatos e pesquisadores e que contempla as discussões sob uma perspectiva de ensino mais democrática. A resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura) e para a Formação Continuada dos Professores da Educação Básica. Com o objetivo de orientar as instituições de ensino superior e os sistemas de ensino na organização e estruturação dos cursos de formação de professores, buscando garantir a qualidade e a efetividade da formação docente.

A resolução destaca a importância de uma formação docente que estimule o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades pedagógicas ao longo do processo formativo. No entanto, é crucial assegurar uma integração efetiva e simultânea entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos essenciais para o desenvolvimento necessário à docência, além do domínio dos conhecimentos específicos da área de atuação do professor. Isso requer uma formação que una teoria e prática, promovendo a reflexão crítica e a capacidade de adaptação às diversas realidades educacionais.

Outro aspecto relevante é a valorização da formação prática dos futuros professores. A resolução estabelece a obrigatoriedade da realização de estágios

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

supervisionados e de atividades de vivência e docência em escolas de educação básica, assegurando que os estudantes tenham experiências concretas de ensino e possam colocar em prática os conhecimentos adquiridos traduzindo-se na práxis que é a prática consciente e crítica que visa transformar a realidade, guiada por uma compreensão teórica dessa mesma realidade.

A Resolução CNE nº 2/2015 também reconhece a importância da formação continuada dos professores da educação básica, incentivando a oferta de programas de atualização e aperfeiçoamento profissional. Essa formação continuada deve ser pautada pelas necessidades e demandas da prática docente, promovendo o aprofundamento de conhecimentos, o desenvolvimento de novas metodologias e a atualização em relação às transformações educacionais e sociais.

Todavia, os esforços de constante readequação curricular da educação brasileira, em 2017, recebem a contribuição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto reforma de mercado movimentada por agentes privados e grupos financeiros organizados em torno do que se denominou Movimento pela Base. Assentada sobre a promessa de uma transformação epistemológica da educação brasileira, face às novas exigências do mundo do trabalho, a BNCC radicaliza o apego às matrizes de competências e habilidades que, conforme já indicado, respondem por uma filiação conservadora, mais capacitada à fidelização técnica e ética dos indivíduos à aguda flexibilização e precarização excludente do que ao reposicionamento político e epistemológico da educação para além do ordenamento capitalista.

A leitura atenta da Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular no âmbito da Educação Básica, demonstra que seu grande esforço, além da implementação da BNCC em si, é induzir uma ampla reforma didática (material didático), de aprimoramento dos indicadores avaliativos (avaliação externa) e formativa (formação de professores).

Razão pela qual, o Conselho Nacional de Educação em 2019, homologou a proposta da BNC-Formação, pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, tornando sem efeito a Resolução CNE/CP Nº 2 de 2015. Essa nova resolução traz em seu escopo uma tentativa de “formatar” a formação de professor no

Brasil de modo a atender as competências e habilidades instituídas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica.

Para Albino e Silva (2019) tal proposta está no bojo das reformas neoliberais, onde a crise do capitalismo e a formação voltada para o mercado competitivo e de sustentação ao capital mobilizam os processos de reformas curriculares em vários países. A nova diretriz apresenta a ideia da formação por competências que, no entender das autoras, não é algo novo e, mais, tal formação visa a preparação do homem para atender às condições contemporâneas de produção de bens e serviços em suas novas formas de organização do trabalho (Albino; Silva, 2019, p.140). Para corroborar tal argumento, as autoras ainda afirmam que,

O modelo de competências na América Latina surge de forma mais evidente no processo de reformas educacionais, como parte das reformas estruturais do aparelho do Estado e todos os ajustes que esses países tiveram que fazer em seu ordenamento macroeconômico nos anos de 1990. Era meta resolver o problema da inflação e retomar o crescimento econômico da década anterior a partir de estabilização econômica e equilíbrio, implicando em cortes e gastos públicos, flexibilização do trabalho, reforma de previdência social e privatizações (Albino; Silva, 2019, p.140).

Argumentos como, “professores bem preparados fazem a diferença no desempenho discente” e “a universidade não sabe formar professores” conforma o consenso discursivo subliminar sob o qual se ergue a visão sistêmica da formação de professores neste documento, que assume o desenvolvimento de competências como referencial básico (Farias, 2019, p. 155).

Observa-se que, o retorno a um modelo de formação por competências no contexto de produção de Base para formação discente e docente no Brasil, insiste na lógica de produção de saberes pelo caminho objetivista em que alunos e professores são pensados como receptores de modelos educacionais elaborados por “especialistas” (Albino; Silva 2019, p. 144-150). E mais, a noção de competência profissional, debitária do viés neoliberal, impregna a visão sistêmica esboçada para a formação de professores, assim como a matriz de competências profissionais ali desenhada (Farias, 2019, p. 163).

Dentro do contexto de uma educação notadamente formatada para atender as demandas do capital a contradição reside na nova resolução quando, ao mesmo tempo em que advoga a necessidade de “fortalecer as políticas de Estado relativas à valorização do professor”, insiste em garantir a oferta de modalidades que fragilizam e aligeiram a

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

formação docente no Brasil. Além disso, busca-se uma formação de professores com poucos recursos, dado o silêncio em torno da crise de financiamento da educação provocada pela aprovação da Emenda n. 95/2016 e pelas recentes políticas de cortes na Educação Superior. Esses cortes afetam as licenciaturas e, conseqüentemente, a formação de professores, além de reduzir os programas e políticas de formação na Educação Básica implementadas pelo Ministério da Educação em 2019 (Anped, 2019, p.12).

Nesse sentido, a Resolução nº 2/2019 inverte todo o sentido histórico de um constructo na busca de uma base comum do movimento dos professores brasileiros, que respeite as questões regionais e a constituição conjunta com a comunidade acadêmica e, que identifique elementos comuns de experiências curriculares diversas desenvolvidas por universidades. Segundo Farias (2019), essa resolução sobreleva a noção de base nacional, mais alinhada às articulações discursivas da homogeneização, da eficácia e da avaliação, que no limite regula a própria práxis social possível no espectro dos projetos formativos dos profissionais da educação.

Diante deste cenário, é imprescindível apontar as contradições do reformismo ora implantado no Brasil. A formação docente numa perspectiva crítica depende, em certa medida, dos saberes que se constituem a partir de uma perspectiva histórica, política e social. O trabalho docente, nesse sentido, é um mecanismo fundamental para compreensão da dimensão da reprodução social e a ausência do elemento reflexivo.

A importância dos professores para a oferta de uma educação de qualidade para todos é amplamente reconhecida. A formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil. De acordo com Jardimino e Sampaio (2020),

Os problemas na formação de professores (inicial e continuada) "exigem políticas públicas direcionadas para uma formação docente que rompa com a tradição estabelecida e revivida nas instituições formadoras no Brasil" (JARDILINO; SAMPAIO, 2020, p. 1).

Por outro lado, as condições de trabalho, a carreira e os salários recebidos nas escolas de educação básica não são atraentes nem recompensadores, e a formação dos professores está longe de atender às suas necessidades de atuação. Considerando o papel

dos professores na qualidade da educação, é preciso não apenas garantir a formação adequada desses profissionais, mas também oferecer-lhes condições de trabalho adequadas e valorizá-los, para atraí-los e mantê-los em sala de aula. Essa problemática está ligada ao desenvolvimento profissional docente (Jardilino; Sampaio, 2019, 2020).

Orientações neoliberais para a educação e a formação de professores no Brasil pós LDB/1996

O neoliberalismo é uma ideologia que enfatiza a livre iniciativa, o livre mercado e a redução do papel do Estado na economia e na sociedade. No campo educacional, a agenda neoliberal busca promover a competitividade, a eficiência e a flexibilidade, moldando o currículo de acordo com esses objetivos. No contexto brasileiro, a abordagem neoliberal tem exercido uma influência marcante nas políticas de formação de professores, introduzindo mudanças significativas na estrutura e nos objetivos da educação. Segundo Dardot e Laval (2016),

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas na ação dos governantes, mas até na própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (Dardot; Laval, 2016, p.17).

Corroborando os autores acima citados, Amorim (2018) aponta que essa ideologia interfere em todas as esferas governamentais, com forte ingerência não só na economia, mas também em outros aspectos das políticas públicas. Nesse sentido, há interferência na formulação das políticas com vistas a atender à demanda de mercado afetando diretamente a educação e os processos de formação de professores com o propósito de atender a uma padronização das funções sociais em conformidade com a lógica do capital.

A redução de investimentos públicos na educação, uma tendência neoliberal, impacta diretamente a qualidade da formação de professores, mediante a limitação dos recursos disponíveis para o desenvolvimento profissional e para a pesquisa educacional. Assim, a abordagem neoliberal na formação de professores no Brasil tem repercussões profundas, molda a educação de acordo com os princípios desse modelo econômico e impacta a estrutura, os objetivos e as práticas educacionais de maneiras notáveis.

Tal perspectiva propõe uma significativa flexibilização legal do aparato estatal, visto como um mecanismo para impulsionar a produção e reprodução de relações técnicas,

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

éticas, culturais e políticas diante da crise estrutural do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980. Nesse cenário, a escola é identificada como o local central para a adequação desse ideário e para a reprodução do modelo de sociabilidade neoliberal. Esse processo demanda uma atenção especial e intervenção formativa nos agentes político-pedagógicos desse aparato ideológico, notadamente os professores.

A reflexão de Jardimino, Oliveri e Sampaio (2020) aponta que no percurso histórico e de acordo com as políticas implementadas em cada época no Brasil para a formação de professores, chegamos à contemporaneidade, de modo geral, com o legado de atribuir ao professor o fracasso ou sucesso da educação. Segundo os autores:

[...] sabemos que uma educação de qualidade pressupõe diversos fatores que vão além de indicadores educacionais, tais como políticas públicas de indução e financiamento da educação, condições de trabalho dos docentes e outros profissionais da educação, salários, formação para atuação nos diferentes espaços escolares e não escolares, dentre outros (Jardilino; Oliveri; Sampaio, 2020, p.11).

Portanto, são vários os aspectos que podem ser apontados e que contribuem para as mais variadas visões sobre o ensino e a formação em cada momento histórico. Compreende-se que no Brasil ao longo do processo de redemocratização, houve avanços e por meio das várias lutas (sindical, da sociedade civil, dos coletivos e grupos organizados, associações educacionais como Anped, Anfope, entre outras), buscou-se a efetivação do acesso, permanência e qualidade do ensino para toda a população, em todos os níveis educacionais numa perspectiva inclusiva e da diferença. Todavia, e lamentavelmente, no que pese os avanços, os modelos instituídos de formação docentes na grande maioria dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil contribuem significativamente para a perpetuação de um modelo capitalista de educação, o que nos mantém distantes de uma “educação para além do capital” preconizada por István Mészáros (2008).

O Estado gerencialista, que surgiu no âmbito das reformas neoliberais, foi gestado nos governos de direita. Contudo, os governos de centro-esquerda promoveram a sua continuidade sem contestar a lógica do capital e apenas se adequaram às relações com o mercado, deixando como legado uma ambiguidade em relação à formação e ao trabalho do professor. As reformas, por meio da legislação educacional, pretendem promover uma

formação alinhada ao capital e retirar dos professores (os em exercício e os futuros) dois aspectos fundamentais: a autonomia profissional e a qualificação para o trabalho.

O aspecto da autonomia se alinha ao capital pois, na lógica do Estado gerencialista, a orientação reformista de natureza neoliberal doutrina a formação para um trabalho nos moldes “taylorista”, dado que o Estado é quem orienta e implementa as políticas. Essas políticas do estado – Avaliador e Regulador - possuem como característica o controle que visa o alcance de metas em atendimento as demandas do mercado. Esta faceta do estado, medida em avaliações estandardizadas e aplicadas aos sujeitos educacionais por meio dos testes e provas padronizadas, sintetizam e consolidam a proposta de uma educação para o capital. Como informa Hypolito (2010) analisando estas políticas no Rio Grande do Sul (SEC-RS),

[...] o controle passa a ser feito de cima pra baixo e a educação passa ser orientada pelo alcance de metas, pelos indicadores de desempenho e pelo mérito nas avaliações dos sistemas de avaliação que vai influenciar no poder de decisão dos docentes em relação a decisões pedagógicas relativas a seus estudantes, que levam em conta as respectivas condições sociais, econômicas e culturais (Hypolito, 2010, p.1348).

Em meio às complexidades inerentes ao processo educacional em questão, identifica-se uma formação acelerada por meio de cursos a distância e ambientes cuja competência suscita questionamentos. Estes espaços, por vezes incertos em termos de qualidade, apresentam-se como desafios à eficácia do modelo implementado na preparação dos futuros educadores para o contexto da educação brasileira.

Um dos reflexos da agenda reformista curricular a serviço do mercado, é que no período compreendido entre os anos de 2012/2022 houve um crescimento exponencial no número de matrículas no setor privado, objetivamente em cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). O último Censo da Educação Superior no Brasil (Inep, 2023) informou que a rede de educação superior no Brasil composta de 2.595 instituições, das quais 2.283 são privadas. Isso explica o crescimento assustador do ingresso de estudantes de licenciatura em cursos à distância nas IES privadas, onde somente o curso de Pedagogia responde por mais de 650 mil matrículas.

O segundo efeito é o impacto no trabalho dos professores, tanto os em exercício quanto os em formação, uma vez que essas reformas provocam mudanças profundas nas formas de organização do trabalho, na estrutura e no formato curricular, além das relações

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

diretas com o mercado. Dado que a formação em licenciaturas, destinada a preparar professores para todas as redes de ensino, está se tornando cada vez mais aligeirada e oferecida na modalidade de educação a distância, cabe aos trabalhadores da educação básica, pública, laica e de qualidade, unir esforços no combate firme ao avanço do mercado sobre a educação brasileira, independentemente da política partidária ou do governo em vigor.

O segundo efeito é o impacto no trabalho dos professores, tanto os em exercício quanto os em formação, uma vez que essas reformas provocam mudanças profundas nas formas de organização do trabalho, na estrutura e no formato curricular, além das relações diretas com o mercado. Dado que a formação em licenciaturas, destinada a preparar professores para todas as redes de ensino, está se tornando cada vez mais acelerada e oferecida na modalidade de educação a distância, cabe aos trabalhadores da educação básica, pública, laica e de qualidade, unir esforços no combate firme ao avanço do mercado sobre a educação brasileira, independentemente da política partidária ou do governo em vigor.

Para isso remeto o leitor aos documentos da Anfope e Anped sobre o tema. Estes documentos são linhas de atuação e resistências de enfrentamento ao projeto neoliberal que nos impõe uma agenda de luta por uma educação além para do capital e conseqüentemente uma formação de professores baseada nos seguintes princípios (Anfope, 2021):

[...] a formação inicial, preferencialmente presencial e em nível superior, e a continuada devem ser examinadas de forma contextualizada na sociedade brasileira ainda marcada pela permanência de desigualdades sociais; a autonomia universitária como expressão da afirmação da liberdade acadêmica, científica e administrativa nos diversos espaços institucionais; a reformulação dos cursos de formação de professores como processo constante e contínuo, próprio ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e das demandas socioculturais; - a defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como locus prioritário para a formação dos profissionais da educação que atuam na educação básica; - a superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação do pedagogo e dos demais licenciandos, que se materializa na organização curricular, reafirmando a docência como a base da identidade de todos os profissionais da educação; - a extinção gradativa da formação de professores em nível médio; - a Base Comum Nacional como ancoragem epistemológica e prática aos currículos de formação de professores (Anfope, 2021, p.25).

Observa-se que a Anfope, em sua abordagem integral com vistas à formação de profissionais da educação no Brasil, fundamenta-se em princípios que norteiam a

construção de um ambiente educacional mais significativo e inclusivo. A instituição defende uma formação crítica que capacite os educadores a analisarem de maneira reflexiva a realidade educacional, reconhecendo seu papel transformador na sociedade.

A Anfope também prioriza a formação de professores aptos a lidar com a diversidade nas salas de aula, promovendo práticas inclusivas que atendam às necessidades de todos os estudantes. Nesse sentido, a autonomia profissional é um pilar central, permitindo que os educadores exerçam criatividade e inovação, adaptando-se às particularidades locais. Por fim, a organização assume um compromisso social que busca uma formação comprometida com as demandas sociais e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por outro lado, a Anped, destaca a inclinação do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) em direção a um projeto de formatação da educação. Além disso, a entidade aponta para uma significativa interconexão entre os responsáveis pela concepção e assinatura dessa proposta e os grandes conglomerados educacionais, intensificando a discussão sobre a perda do caráter público das políticas educacionais, evidenciada pela abordagem privatista e mercadológica (Anped, 2019, p. 2).

Segundo a Anped, a prática educativa é descrita como um fenômeno contextual, plural e diversificado. Destaca-se que, como prática social, a dinâmica educativa não se manifesta de forma homogênea, mas sim de maneira variada, moldada pelo contexto e pelas particularidades específicas de cada situação. A Anped ressalta a importância de compreender a diversidade e a pluralidade inerentes à prática educativa, reconhecendo o papel fundamental dos professores na formação e desenvolvimento de crianças, jovens e adultos.

A Anped propõe que a formação dos profissionais da educação seja pautada em diretrizes e normas nacionais que estejam em sintonia com a defesa da escola pública de qualidade. A associação destaca a importância de garantir que a formação de professores esteja articulada às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao sistema nacional de avaliação da Educação Superior, visando promover a melhoria da formação inicial e continuada dos professores para atender às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

Este reconhecimento reforça a ideia de que os educadores desempenham um papel vital, sendo capazes de fazer diferença significativa por meio de sua atuação. Nesse

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

contexto, a atenção à diversidade e às características específicas de cada contexto educacional emerge como um princípio essencial para a eficácia e relevância das práticas pedagógicas.

Conclusão

Em síntese, a análise realizada neste estudo corrobora a conclusão de que as reformas empreendidas pelo Estado brasileiro, atualmente materializadas na BNC-Formação, não se configuram como uma superação ou distanciamento da política de formação de professores no Brasil em relação ao ideário político-pedagógico permeado pela agenda cultural, política e econômica neoliberal, que tem vigorado no país desde o final da década de 1980.

A abordagem neoliberal, ao pressupor uma significativa flexibilização legal do aparato estatal, delineia-se como um mecanismo crucial para a produção e reprodução de relações técnicas, éticas, culturais e políticas, visando enfrentar a crise estrutural do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980. Essa perspectiva atribui à escola um papel central como local estratégico para a assimilação desse ideário e a reprodução do modelo de sociabilidade neoliberal.

Destarte, os professores emergem como agentes essenciais nesse contexto, exigindo atenção e intervenção formativa específica diante desse aparato ideológico. A compreensão aprofundada dessas dinâmicas é crucial para uma análise conclusiva dos impactos dessas políticas na formação docente e no panorama educacional, possibilitando uma reflexão crítica sobre os rumos assumidos pela educação sob a égide do neoliberalismo.

Nesse contexto, reconhece-se a escola como um lócus privilegiado para a implementação desse paradigma, demandando uma atenção especial e intervenção formativa direcionada aos agentes político-pedagógicos desse aparato ideológico, ou seja, os professores. A BNC-Formação, portanto, configura-se como a culminância dos esforços dos reformadores de mercado, visando não apenas controlar os aspectos político-pedagógicos das práticas formativas dos docentes, mas também instrumentalizar esses esforços formativos em prol da consolidação de uma práxis social alinhada à mediação capitalista na relação entre trabalho e educação. Essa constatação evidencia a necessidade crítica de reflexão sobre os impactos e direções que tais políticas podem imprimir no cenário educacional e na formação docente no Brasil.

Sob o impacto e orientação desses condicionantes e disciplinamentos, o Estado neoliberal brasileiro coloca as políticas curriculares no centro de sua estratégia. Essas políticas são concebidas como instrumentos modernos, densos, elaborados e complexos para controlar e disciplinar as intencionalidades político-pedagógicas inerentes ao saber-fazer docente nos espaços educacionais. Embora esta análise não abarque as expressões mais específicas da implementação prática dessa política, que visa controlar e esvaziar a autonomia do saber-fazer docente em suas atividades diárias, é pertinente ressaltar que este texto não só fundamenta essa perspectiva, mas também estimula pesquisas futuras. Especial atenção deve ser dada a estudos que abordem de maneira concreta os impactos mencionados.

A disputa entre projetos reflete as questões de classes sociais e as dinâmicas do trabalho e da escola, resultando em uma luta desigual. Destacamos a necessidade urgente de organização da sociedade civil em movimentos sociais para influenciar as políticas de formação de professores no país. Essa mobilização tem como objetivo viabilizar a implementação de novas práticas e análises, com o intuito de reorientar o projeto educacional em curso. Continuamos nessa luta, assumindo coletivamente o papel de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora na formação de professores.

Referências

ALBINO. Ângela Cristina Alves; SILVA. Andréia Ferreira da; BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, Jan./Mai. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>. Acesso em: 31 de janeiro 2024.

AMORIM. Hellen Cristina Cavalcante; **Políticas de formação de professores da Educação Básica: estudo de caso do curso de formação pedagógica do PARFOR da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2018. 187 fl. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4071>>. Acesso em: 12 de fevereiro 2024.

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Documento Final do XX Encontro Nacional da ANFOPE: Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação - Resistências propositivas à BNC da Formação inicial e continuada**. Brasília: ANFOPE, 2021. Disponível em: <<https://www.Anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

ANPED. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. **Uma formação formatada.** Posição da Anped sobre o “texto referência diretrizes curriculares nacionais e base nacional comum para a formação inicial e continuada de professores da educação básica”. 2019. Disponível em: <<https://forum.anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

Braga. Ialê Falleiros; Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Construção de uma Nova Cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005. p. 209-235.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02 de 22 de dezembro de 2017.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZE_MBRODE2017.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 02,** de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 02,** de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

ClAVATTA. Maria; RAMOS. Marise; A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação.** v. 17. n. 49, Jan/Abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000100002>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

DARDOT. Pierre; LAVAL. Christian; **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS. Isabel Maria Sabino de; O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 13, n. 25, p. 155-168, Jan./Mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

HYPOLITO. Álvaro Moreira; Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação e Sociedade.** v.31, n.113, p.1337-1354. Campinas, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400015>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas: Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

JARDILINO. José Rubens Lima; OLIVERI. Andressa Maris Rezende; SAMPAIO. Ana Maria Mendes; Formação de professores e profissão docente: o estado do conhecimento da pesquisa em formação na Região dos Inconfidentes – MG. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p.10-26 Jan/Dez 2020. DOI: 10.5747/ch.2020.v17.h466. Disponível em: <http://journal.unoeste.br/index.php/ch>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

JARDILINO. José Rubens Lima; SAMPAIO. Ana Maria Mendes; Desenvolvimento profissional docente: reflexões sobre política pública de formação de professores. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 10, p. 180-194, Jan./Abr. 2019. Disponível em: <<http://seer.uece.br/redufor>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

JARDILINO. José Rubens Lima; SAMPAIO. Ana Maria Mendes; O desenvolvimento profissional docente e a expansão e estratificação do sistema educacional brasileiro. **Educação**. Santa Maria, v. 45, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

MÉSZÁROS. István. **Educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo editorial. 2008.

Sobre os autores

Renato José Dias Pereira

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto-MG (PPGE/UFOP). Mestre em Educação PPGE/UFOP na linha de Formação de Professores, Instituições e História da Educação (FPIHE) com pesquisa na área de Políticas Públicas de Formação de Professores. Membro do Grupo de Pesquisa Formação e Profissão Docente - FOPROFI (UFOP). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Licenciado em Pedagogia. Especialista em Educação Básica (2019/2022) na Secretaria de Estado de Educação – SEE/MG. Membro do Conselho Municipal de Educação do município de Ouro Preto/MG no período 2018/2021. Membro do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas do município de Itabirito/MG no período 2020-2022. Tem experiência na área de Educação, atuando na pesquisa nos seguintes temas: Políticas Públicas, Políticas Educacionais e Formação de Professores. E-mail: renatojdpereira@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7566-2960>.

José Rubens Lima Jardimino

Licenciado em Filosofia e doutor em Ciências. Com pós-doutoramento em História da Educação nas Universidades: Université Laval (Québec-CA), Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colômbia – UPTC (Tunja-CO) e em História na Universidad Pablo de Olavide (Sevilla-ES)). É professor da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP no Departamento de Educação - É professor visitante das Universidades: Pedagógica y Tecnológica de

*As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial:
consequências e visão prospectiva*

Colômbia, Universidad Pablo de Olavide en Sevilla, Espanha. Atua como editor: foi fundador da Revista Eccos e seu editor até 2010; e atual editor da Revista Formação Docente- Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (RBPFP). Membro do GT.08 no Comitê Científico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação –ANPED e integra a Junta Diretiva da Sociedad de Historia de la Educación Latinoamericana (SHELA). Coordena o Grupo de Pesquisa FOPROFI/Cnpq/UFOP e vice-diretor do Grupo de Pesquisa HISULA- Historia y perspectivas de la Universidad Latinoamericana-Colciencia/UPTC-Colômbia. Membro ad hoc do C.A. Educação na CAPES e bolsista produtividade PQ – Cnpq. Assessor internacional ad hoc do Consejo Nacional de Acreditación CNA- Ministério da Educação - Colômbia. Tem experiência na área de Educação, atuando na pesquisa e docência nos seguintes temas: História da Educação, Formação de Professores e Políticas Educacionais. E-mail: jrjardilino@ufop.edu.br ORCID: <http://orcid.org.0000.0003.2394.9465>

Recebido em: 01/08/2024

Aceito para publicação em: 27/09/2024